

# Energética Águas da Pedra S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes

SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte

ParkShopping - Zona Industrial (Guará)

Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil

Telefone +55 (61) 3362 3700

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas e aos administradores da**

**Energética Águas da Pedra S.A.**

**Aripuanã - MT**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Águas da Pedra S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Águas da Pedra S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

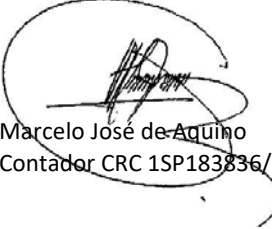
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 24 de janeiro de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Marcelo José de Aquino  
Contador CRC 1SP183836/O-6

## Energética Águas da Pedra S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2019	2018	Passivo	Notas	2019	2018
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	9	64.007	26.547	Fornecedores	17	3.910	4.488
Contas a receber	11	36.266	36.475	Empréstimos e financiamentos	19	35.430	35.573
Adiantamentos		1.565	687	Obrigações sociais e trabalhistas		405	356
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13	-	2.993	Imposto de renda e contribuição social correntes	27.1	6.689	7.308
Despesas antecipadas	14	1.041	985	Impostos e contribuições a recolher	27.1	1.759	1.838
Outros ativos		3.227	3.133	Dividendos propostos	21	27.246	23.522
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>106.106</b>	<b>70.820</b>	Encargos setoriais	18	2.598	2.432
<b>Não circulante</b>				Taxas regulamentares	18	9.704	9.177
Títulos e valores mobiliários	10	17.053	17.053	Outorga da concessão	20	1.869	1.810
Despesas antecipadas	14	10.840	11.342	Obrigações a pagar pelo direito de uso		82	-
Outros ativos		479	434	Outros passivos		105	120
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>28.372</b>	<b>28.829</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>89.797</b>	<b>86.624</b>
Imobilizado	15	643.352	670.397	<b>Não circulante</b>			
Intangível	16	12.599	13.106	Empréstimos e financiamentos	19	211.088	244.875
Bens de direito de uso		124	-	Outorga da concessão	20	14.046	13.739
		656.075	683.503	Provisões para demandas judiciais	22	582	1.999
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>684.447</b>	<b>712.332</b>	Obrigações a pagar pelo direito de uso		42	-
				Outros passivos		125	67
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>225.883</b>	<b>260.680</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>315.680</b>	<b>347.304</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	23		
				Capital social		263.000	263.000
				Reservas de lucros		211.873	172.848
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>474.873</b>	<b>435.848</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>790.553</b>	<b>783.152</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>790.553</b>	<b>783.152</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Energética Águas da Pedra S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Notas	2019	2018
Receita operacional líquida	24	255.879	257.379
Custo dos serviços prestados	25	<u>(98.821)</u>	<u>(112.277)</u>
<b>Resultado bruto</b>		<b><u>157.058</u></b>	<b><u>145.102</u></b>
Despesas gerais e administrativas		<u>(1.967)</u>	<u>(4.060)</u>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>155.091</b>	<b>141.042</b>
Receita financeira		4.348	4.979
Despesa financeira		<u>(23.152)</u>	<u>(27.967)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	26	<b><u>(18.804)</u></b>	<b><u>(22.988)</u></b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>136.287</b>	<b>118.054</b>
Imposto de renda e contribuição social	27.2	<u>(21.566)</u>	<u>(19.014)</u>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b><u>114.721</u></b>	<b><u>99.040</u></b>
Quantidade de ações (em lotes de mil ações)		263.000	263.000
Lucro por ação (em Reais)		0,44	0,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Energética Águas da Pedra S.A.**

### **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Resultado do exercício	<b>114.721</b>	<b>99.040</b>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<b><u>114.721</u></b>	<b><u>99.040</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Energética Águas da Pedra S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social realizado	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais Sudam	Reserva especial de dividendo não distribuído	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>263.000</b>	<b>23.125</b>	<b>74.204</b>	<b>81.209</b>	-	<b>441.538</b>
<b>Resultado do exercício</b>	-	-	-	-	99.040	99.040
<b>Destinações:</b>						
Constituições de reservas	-	4.952	22.117	48.449	(75.518)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 21.1)	-	-	-	-	(23.522)	(23.522)
Dividendos adicionais pagos de exercícios anteriores	-	-	-	(81.208)	-	(81.208)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>263.000</b>	<b>28.077</b>	<b>96.321</b>	<b>48.450</b>	-	<b>435.848</b>
<b>Resultado do exercício</b>	-	-	-	-	114.721	114.721
<b>Destinações:</b>						
Constituições de reservas	-	5.736	25.536	56.203	(87.475)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 21.1)	-	-	-	-	(27.246)	(27.246)
Dividendos adicionais pagos de exercícios anteriores	-	-	-	(48.450)	-	(48.450)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>263.000</b>	<b>33.813</b>	<b>121.857</b>	<b>56.203</b>	-	<b>474.873</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Energética Águas da Pedra S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado líquido do exercício		<b>114.721</b>	<b>99.040</b>
<b>Ajustes:</b>			
Depreciação	15	28.756	28.003
Amortização	16	570	580
Direito de uso		41	-
Juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	19	20.669	24.667
Outras atualizações monetárias		2.163	3.161
Constituição de provisões e atualização de contingências	22.1	(1.417)	1.999
Despesa com imposto de renda e contribuição social	27.2	21.566	19.014
		<b>187.069</b>	<b>176.464</b>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Contas a receber		209	(4.939)
Outros ativos		2.830	10.699
Fornecedores e encargos setoriais		(411)	278
Obrigações sociais e trabalhistas		49	(42)
Obrigações tributárias		(5.286)	(13.176)
Outorga da concessão		(1.955)	(1.878)
Outros passivos		278	895
		<b>182.783</b>	<b>168.301</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(16.978)	(14.713)
Juros pagos	19	(19.919)	(22.858)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>145.886</b>	<b>130.730</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	15	(1.711)	(1.308)
Aquisições de bens do ativo intangível	16	(63)	-
Títulos e valores mobiliários		-	1.638
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) provenientes das atividades de investimentos</b>		<b>(1.774)</b>	<b>330</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Pagamento de dividendos	21	(71.971)	(102.200)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	16	(34.681)	(34.468)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(106.652)</b>	<b>(136.668)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>37.460</b>	<b>(5.608)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	9	26.547	32.155
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	9	64.007	26.547
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>37.460</b>	<b>(5.608)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Energética Águas da Pedra S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital fechado, com sede na cidade de Aripuanã - MT e foi constituída em 3 de abril de 2007 com a missão de construir e operar a Usina Hidrelétrica Dardanelos com o seu sistema de transmissão. Possui como acionistas a Neoenergia S.A., com 51% de participação, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte, com 24,5%, e a Companhia Hidrelétrica São Francisco - Chesf, com 24,5%.

A Energética é detentora do Contrato de Concessão nº 002/2007 - MME para a exploração da UHE Dardanelos pelo prazo de 35 anos.

A usina foi construída no Município de Aripuanã, em Mato Grosso, no Rio Aripuanã. A operação da UHE Dardanelos é terceirizada para a empresa Neoenergia Operação e Manutenção S.A.

A energia gerada pela Companhia é comercializada com o *pool* de 24 distribuidoras no Brasil, por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

#### **1.1 Aspectos regulatórios relacionados à concessão**

Está tramitando na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), para deliberação, a autorização para que a Companhia proceda com a transferência não onerosa de parte de seus ativos compostos por linha de transmissão do trecho Dardanelos-Juína e subestação de transformação para a concessionária de transmissão Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE. Até a emissão destas demonstrações financeiras, este processo ainda não havia sido finalizado com o órgão regulador.

### **2 Base de preparação**

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia também utiliza-se das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 24 de janeiro de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 06 (R2) - Arrendamentos foi aplicado. As mudanças nas práticas estão descritas na Nota Explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **3 Moeda funcional e moeda da apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado e das amortizações sobre o ativo intangível (Notas Explicativas nºs 15 e 16) e o valor presente do gasto com o Uso do Bem Público (UBP) registrado no ativo e no passivo da Companhia (Nota Explicativa nº 16) e das provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 22). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou da sua liquidação. A Administração revisa essas estimativas periodicamente.

#### **a. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na Nota Explicativa nº 29.

#### **b. Mensuração do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 29, que dispõe sobre os instrumentos financeiros.

### **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

### **6 Adoção de novas normas e interpretações contábeis**

#### **a. CPC 06 (R2) - Arrendamentos**

O pronunciamento substitui o CPC 06 (R1) - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (ICPC 03). A adoção da nova norma elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento, que consiste em reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo e passivo a valor presente e reconhecer a amortização do ativo de direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

A Companhia aplicou o método de transição retrospectivo modificado, o qual não requer apresentação de informações comparativas. O passivo e o ativo de direito de uso são reconhecidos pelo valor presente das parcelas remanescentes. Diante do exposto, as informações referentes a exercícios anteriores continuam sendo apresentadas de acordo com a norma anterior.

A Companhia realizou uma análise dos arrendamentos/aluguéis existentes em 31 de dezembro de 2019, e chegou à mensuração dos impactos na adoção do CPC 06 R2 e concluiu que a Companhia possui contrato de aluguel do escritório administrativo, no qual os compromissos futuros estimados são de R\$ 124, registrados em seu ativo/passivo.

**b. ICPC 22 - Incertezas sobre o tratamento de impostos sobre lucro**

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro.

A Companhia avaliou o tratamento de tributos sobre o lucro e concluiu que aplicação da norma não gerou impacto em seus resultados.

**7 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

**7.1 Receita operacional**

A Companhia obtém receita oriunda principalmente da geração de energia e sua respectiva comercialização por meio de contratos com distribuidoras de energia elétrica e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A receita é mensurada com base na contraprestação definida pela ANEEL formalizada em contrato com o cliente, multiplicada pelo consumo físico medido. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle do produto ao cliente, fato que ocorre no momento em que a energia é suprida.

**7.2 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia incluem, principalmente:

***Reconhecimento e mensuração inicial***

O contas a receber de clientes e títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao preço da transação.

***Classificação inicial***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - Instrumento de dívida ou patrimonial; ou Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se não for designado como mensurado ao VJR e atender a ambas as condições a seguir:

- Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

- Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se não for designado como mensurado ao VJR e atender a ambas as condições a seguir:

- Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Atualmente todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados como custo amortizado (vide Nota Explicativa nº 29).

#### ***Avaliação do modelo de negócio***

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que o ativo financeiro é mantido na carteira porque isto reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração.
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

#### ***Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros***

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa.
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- Pré-pagamento e prorrogação do prazo.

- Termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

#### ***Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### ***Desreconhecimento de um instrumento financeiro***

Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

#### ***Caixa e equivalentes de caixa***

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aplicação.

#### ***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado***

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Mais detalhes sobre a classificação dos instrumentos financeiros estão na Nota Explicativa nº 29.

### **7.3 Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros
- Despesa de juros
- Variação monetária.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

#### **7.4 Imobilizado**

##### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

##### **(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

##### **(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, por meio da Resolução nº 674, em vigor desde 11 de agosto de 2015 ou taxa calculada, levando em consideração o final da concessão, das duas a menor, pois não haverá indenização dos ativos que fizerem parte do projeto inicial.

#### **7.5 Intangível**

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao UBP foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico. A amortização foi iniciada quando da entrada em operação da Usina.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

#### **7.6 Redução ao valor recuperável de ativos**

A Administração revisa o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.



### **7.7 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (quando aplicável). Elas são, inicialmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente e trazidas a valor presente, quando for o caso.

### **7.8 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

### **7.9 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

### **7.10 Benefícios a empregados de curto prazo**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### **7.11 Capital social**

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias que dão aos acionistas direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia, de acordo com suas respectivas participações societárias. Os detentores dessas ações têm o direito de receber dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia.

## **7.12 Outorga da concessão**

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionado ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica, cujo contrato é assinado na modalidade de UBP.

A concessão outorgada para geração de energia tem prazo de vigência de 35 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

O registro inicial do passivo deu-se em contraparte ao ativo intangível e corresponde aos valores de obrigações futuras oriundas do uso do bem público trazidas a valor presente, sendo amortizados pelos pagamentos contratados. O início do pagamento pelo UBP deu-se a partir da operação comercial da primeira unidade gerada (UHE).

## **8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em após 1º de janeiro de 2020.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual.
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

## **9 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa e depósitos bancários à vista	7	5
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>64.000</u>	<u>26.542</u>
	<b><u>64.007</u></b>	<b><u>26.547</u></b>

As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente por operações compromissadas lastreadas em Títulos do Tesouro Nacional, de fundos de investimento administrados por instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica: alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração média acumulada de 5,86% a.a. em 31 de dezembro de 2019 (6,3% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota Explicativa nº 29.

## **10 Títulos e valores mobiliários (não circulantes)**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
BB Polo 28	<u>17.053</u>	<u>17.053</u>
	<b><u>17.053</u></b>	<b><u>17.053</u></b>

Não possuem condições de resgate antecipado e os fundos vinculados referem-se a aplicações financeiras, requeridas em contrato de empréstimo com o BNDES (Nota Explicativa nº 19 - Empréstimos e financiamentos), com a finalidade de garantia real. Remuneração pela variação do CDI à taxa média de 98,2% a.a. em 31 de dezembro de 2019 (98,7% a.a. em 31 de dezembro de 2018) sem vencimento predeterminado.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota Explicativa nº 29.

## 11 Contas a receber

As contas a receber no mercado interno referem-se a 24 contratos (CCEAR) entre a Companhia e as distribuidoras de energia elétrica e são registradas mensalmente.

	<b>Saldos vincendos</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Contas a receber de mercado interno:			
- Terceiro	27.678	27.678	25.428
- Partes relacionadas - Nota Explicativa nº 12	<u>7.833</u>	<u>7.833</u>	<u>7.528</u>
	35.511	35.511	32.956
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	<u>755</u>	<u>755</u>	<u>3.519</u>
	<b><u>36.266</u></b>	<b><u>36.266</u></b>	<b><u>36.475</u></b>

A Companhia avaliou que não há perdas a ser reconhecidas.

## 12 Partes relacionadas

### 12.1 Saldo patrimonial com partes relacionadas

	<b>Valores a receber</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	2.656	2.330
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	2.479	2.544
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	955	912
Elektro Redes S.A.	<u>1.743</u>	<u>1.742</u>
	<b><u>7.833</u></b>	<b><u>7.528</u></b>

A Companhia possui transações com partes relacionadas, cujo preço da transação é definido em contrato e a tarifa é determinada previamente pelo órgão regulador (ANEEL) e devem ser liquidados dentro de dois meses da data do balanço. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

## 12.2 Resultado com partes relacionadas

	<u>Venda de energia</u>		<u>Compra de energia</u>	
	2019	2018	2019	2018
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	22.314	21.427	-	-
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	19.993	19.211	-	-
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	7.362	7.069	-	-
Elektro Redes S.A.	15.216	14.609	-	-
NC Energia	-	-	403	331
	<b>64.885</b>	<b>62.316</b>	<b>403</b>	<b>331</b>
			<u>Custo O &amp; M (a)</u>	
			2019	2018
Neoenergia Operação e Manutenção S.A.			8.121	7.828
			<b>8.121</b>	<b>7.828</b>

(a) A operação da UHE Dardanelos foi terceirizada para a Neoenergia Operação e Manutenção S.A.

## 12.3 Remuneração dos administradores

	2019	2018
Salários e outros benefícios de curto prazo	1.150	833

## 12.4 Controladora e controladora final

A Neoenergia S.A. é a controladora da Companhia e a Iberdrola S.A. sua controladora final.

## 13 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2019	2018
Imposto de renda (IR)	-	2.993
	<b>-</b>	<b>2.993</b>

## 14 Despesas antecipadas

O saldo de despesa antecipada refere-se, substancialmente, à repactuação do risco hidrológico que a Companhia reconheceu como despesa paga antecipadamente, o qual vem sendo apropriado ao resultado do período com valores amortizados mensalmente até o final da concessão.

	2019	2018
Prêmio de seguros	541	485
Repactuação do risco hidrológico	11.340	11.842
	<b>11.881</b>	<b>12.327</b>
Circulante	1.041	985
Não circulante	10.840	11.342

## 15 Imobilizado

### a. Composição

Descrição	Taxa de depreciação - a.a. %	2019		2018	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço:					
Terrenos	3,62	2.984	(226)	2.758	2.877
Reservatórios, barragens e adutoras	3,33	341.161	(73.540)	267.621	279.360
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,62	107.011	(22.712)	84.299	88.086
Máquinas e equipamentos	4,00	382.730	(98.797)	283.933	297.029
Veículos	14,29	52	(24)	28	36
Móveis e utensílios	6,25	136	(72)	64	72
		<b>834.074</b>	<b>(195.371)</b>	<b>638.703</b>	<b>667.460</b>
Em curso:					
Máquinas e equipamentos		4.505	-	4.505	2.865
Móveis e utensílios		13	-	13	13
Edificações, obras civis e benfeitorias		131	-	131	59
		<b>838.723</b>	<b>(195.371)</b>	<b>643.352</b>	<b>670.397</b>

No advento do termo final de contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculadas à UHE passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original, desde que aprovados pela União e ainda não amortizados. O valor será apurado mediante auditoria própria da União.

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso		Total
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	
Adições	-	-	-	1.029	1.029	1.029
Depreciação	-	(28.003)	(28.003)	-	-	(28.003)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>834.074</b>	<b>(166.614)</b>	<b>667.460</b>	<b>2.937</b>	<b>2.937</b>	<b>670.397</b>
Adições	-	-	-	1.711	1.711	1.711
Depreciação	-	(28.756)	(28.756)	-	-	(28.756)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>834.074</b>	<b>(195.370)</b>	<b>638.704</b>	<b>4.648</b>	<b>4.648</b>	<b>643.352</b>

### b. Provisão para redução ao valor recuperável

Não foram identificados indicativos que demonstrassem a deterioração ou a perda do valor recuperável dos ativos imobilizados durante o exercício de 2019.

## 16 Intangível

Descrição	Taxa de amortização - a.a. %	2019			2018
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Intangível - UBP (a)	3,2	10.756	(2.978)	7.778	8.107
Intangível - GSF (b)	3,2	4.775	(683)	4.092	4.313
Intangível - Faixa de servidão		419	(32)	387	404
Intangível - <i>Software</i>	20	202	(202)	-	3
		<u>16.152</u>	<u>(3.895)</u>	<u>12.257</u>	<u>12.827</u>
<b>Em curso</b>					
Intangível - <i>Software</i>		342	-	342	279
		<u>16.495</u>	<u>(3.895)</u>	<u>12.599</u>	<u>13.106</u>

- (a) Refere-se ao UBP previsto na cláusula sexta do Contrato de Concessão nº 002/2007 celebrado entre o Ministério de Minas e Energia e a Companhia, assinado em 3 de julho de 2007.
- (b) Refere-se à repactuação do risco hidrológico que ocasionou o aumento do prazo de concessão.

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso		Total
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	
Saldos em 1º de janeiro de 2017	-	-	-	279	279	279
Amortização	-	(580)	(580)	-	-	(580)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>16.152</u>	<u>(3.325)</u>	<u>12.827</u>	<u>279</u>	<u>279</u>	<u>13.106</u>
Adições	-	-	-	63	63	63
Amortização	-	(570)	(570)	-	-	(570)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>16.152</u>	<u>(3.895)</u>	<u>12.257</u>	<u>342</u>	<u>342</u>	<u>12.599</u>

## 17 Fornecedores

Fornecedores	2019	2018
Compra de energia CCEE	1.474	2.304
Materiais e serviços	1.050	15
Compra de energia - Outros fornecedores	1.386	2.169
	<u>3.910</u>	<u>4.488</u>

## 18 Encargos setoriais e taxas regulamentares

	2019	2018
<b>Encargos setoriais</b>		
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST)	<u>2.598</u>	<u>2.432</u>
	<b><u>2.598</u></b>	<b><u>2.432</u></b>
<b>Taxas regulamentares</b>		
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	1.248	1.408
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	8.190	6.936
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico (FNDCT)	177	170
Ministério Minas e Energia (MME)	89	85
Obrigações especiais - Seguro	<u>-</u>	<u>578</u>
	<b><u>9.704</u></b>	<b><u>9.177</u></b>

## 19 Empréstimos e financiamentos

A operação perante o BNDES foi contratada para financiar a construção da Usina Hidrelétrica Dardanelos, com o montante total do crédito aprovado de R\$ 485.000 (valores originais), divididos em quatro subcréditos. As primeiras liberações ocorreram durante o exercício de 2008. Os três primeiros subcréditos serão amortizados em 97 parcelas mensais. Esse passivo foi contratado em moeda nacional, com encargos calculados à razão da TJLP mais 1,81% ao ano.

Como garantia da operação, foi definido em contrato que seriam o penhor de direitos emergentes da concessão, penhor de ações, penhor de direitos creditórios e fiança por parte da Neoenergia.

Moeda nacional	Taxa anual de juros	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>		<b><u>313.107</u></b>
Encargos	TJLP+1,81%	24.667
Amortizações		(34.468)
Pagamentos de juros		<u>(22.858)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b><u>280.448</u></b>
Encargos	TJLP+1,81%	20.669
Amortizações		(34.681)
Pagamentos de juros		<u>(19.919)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b><u>246.518</u></b>
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Circulante	35.430	35.573
Não circulante	<u>211.088</u>	<u>244.875</u>
	<b><u>246.518</u></b>	<b><u>280.448</u></b>

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a pagar tem o seguinte cronograma de vencimento:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
2020	35.430	35.573
2021	34.699	35.082
2022	34.699	35.410
2023 em diante	141.690	174.383
	<b>246.518</b>	<b>280.448</b>

**a. Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)**

Para o financiamento do BNDES, a Companhia possui cláusula contratual de *covenants*, que determina a manutenção na conta de reserva no valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios do contrato de financiamento, mais o valor equivalente à soma dos últimos três pagamentos mensais das despesas de operação e manutenção da beneficiária. A Companhia em 31 de dezembro de 2019, atendeu à exigência contratual.

## 20 Outorga da concessão

Tem origem nas obrigações de pagamento da utilização do bem público advindas do contrato de concessão perante o Poder Concedente. A dívida é composta por 370 parcelas mensais com valor nominal de R\$ 82, cujo vencimento final é a mesma data do encerramento do contrato de concessão, no caso, maio de 2042. Estas estão reconhecidas ao custo nominal trazido a valor presente pela taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital do projeto. A Companhia iniciou os pagamentos quando entrou em operação.

O saldo da dívida está segregado entre curto e longo prazos, como segue:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Circulante	1.869	1.810
Não circulante	14.046	13.739
<b>Total</b>	<b>15.915</b>	<b>15.549</b>

## 21 Dividendos

### 21.1 Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto em respeito à Lei nº 6.404/76, art. 202, estabelece no seu capítulo IV, art. 36, o percentual de 25% de dividendos obrigatórios a distribuir, a cada exercício. Os valores em 31 de dezembro de 2019 e 2018, para cada um dos acionistas, estão demonstrados conforme a tabela abaixo:

<b>Lucro líquido do exercício de 2019</b>		114.721
Reserva legal - 5% do lucro		<b>(5.736)</b>
		<b>108.985</b>
Dividendos mínimos obrigatórios		<b>27.246</b>
Neoenergia S.A.		13.896
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.- Eletronorte		6.675
Companhia Hidrelétrica São Francisco S.A. - Chesf		6.675
		<b>27.246</b>



<b>Lucro líquido do exercício de 2018</b>	99.040
Dividendo mínimo obrigatório	<u>23.522</u>
Neoenergia S.A.	11.996
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.- Eletronorte	5.763
Companhia Hidrelétrica São Francisco S.A. - Chesf	<u>5.763</u>
	<u>23.522</u>

No exercício de 2019, foi realizado o pagamento do valor de R\$ 23.522, referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2018.

## 21.2 Dividendo adicional proposto

No exercício de 2019, foi realizado o pagamento do valor de R\$ 48.450, referente aos dividendos adicionais propostos relacionados ao resultado de 2018.

## 22 Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, que incluem processos de naturezas tributária, cível e trabalhista.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas. A Administração adota o procedimento de classificar os processos judiciais impetrados contra a Companhia em função da probabilidade de perda, baseado na opinião dos consultores jurídicos.

### 22.1 Valores de provisões para riscos

Os saldos e a movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentados abaixo:

	2017	Atualizações	Constituições	Baixas	Reversões	2018
Cível	-	23	404	-	-	427
Trabalhista	<u>-</u>	<u>498</u>	<u>1.074</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.572</u>
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>521</u>	<u>1.478</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.999</u>
	2018	Atualizações	Constituições	Baixas	Reversões	2019
Cível	427	65	-	-	-	492
Trabalhista	<u>1.572</u>	<u>184</u>	<u>-</u>	<u>(48)</u>	<u>(1.618)</u>	<u>90</u>
<b>Total</b>	<u>1.999</u>	<u>249</u>	<u>-</u>	<u>(48)</u>	<u>(1.618)</u>	<u>582</u>

As provisões para riscos cíveis são de caráter indenizatório, de natureza financeira e por reclamatórias impetradas por proprietários de áreas inundadas pelos reservatórios de usinas hidrelétricas.

A Companhia é ré em inúmeras reclamações trabalhistas envolvendo diversos assuntos. A maior parte envolve horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária.

## 22.2 Contingências passivas possíveis

A Companhia possui contingências passivas de naturezas tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e sustentada no julgamento de consultores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Abaixo estão demonstradas as contingências classificadas com probabilidade de perda possível.

	2019	2018
Regulatórios (a)	135	123
Ambiental (b)	35.396	31.471
Trabalhista	-	776
Cível (c)	6.224	5.943
Outros	-	39
<b>Total</b>	<b>41.755</b>	<b>38.352</b>

Apresentamos abaixo os processos de maior relevância:

- (a) As empresas de geração e comercialização do Grupo Neoenergia, por meio das associações em que participam, ajuizaram ações judiciais para suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, que instituiu, entre outras disposições, uma nova forma de rateio dos custos de despacho térmico adicional para garantia de suprimento energético, passando a ser rateado entre todos os agentes do mercado de energia elétrica. Esses custos incorporam os chamados Encargos de Serviço do Sistema (ESS). Entre os meses de maio e junho de 2013, foram concedidas liminares no âmbito das ações ordinárias ajuizadas pelas associações representantes dos agentes de geração e comercialização, tornando sem efeito o disposto nos arts. 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo o rateio dos custos supracitados pelos agentes representados nas respectivas associações. Em síntese, as teses defendidas nas ações judiciais abrangem a inversão do ônus da utilização do sistema, que conduz o produtor e/ou comercializador a arcar com tais custos em desacordo com as leis e normativos aplicáveis ao Setor Elétrico, bem como a ofensa ao princípio da reserva legal, e usurpação de competência do Congresso Nacional para criação de subsídio sem a edição de lei e sem a previsão de compensação econômico-financeira. Os processos regulatórios totalizam uma contingência atualizada em decorrência da suspensão por meio de mandado de segurança, cujo saldo atualizado corresponde a R\$ 135 (R\$ 123 em 31 de dezembro 2018).
- (b) Processos de natureza ambiental relacionado a ACP com Pedido de Liminar ajuizada pelo Município de Aripuanã em face da Energética Águas da Pedra decorrente das alegações da prefeitura de Aripuanã do descumprimento dos Recursos dos Programas Ambientais que impactaram com a ausência dos benefícios previstos e não cumpridos. Tal programa foi apresentado para obtenção da Licença de Instalação e seu orçamento previa aplicação de R\$ 20.986 voltados às medidas mitigadoras e compensatórias de controle e monitoramento ambiental, relativas às interferências sobre o meio ambiente e a população, o qual o saldo atualizado corresponde a R\$ 35.396 (R\$ 31.471 em 31 de dezembro de 2018).
- (c) A EAPSA recebeu, no dia 9 de janeiro de 2017, o Ofício nº 145/2016/CFE/SUF/SEMA-MT, contendo o Auto de Inspeção nº 0051-E (fiscalização realizada na UHE Dardanelos em 14 de setembro de 2016), o Auto de Infração nº 0083-E e a Notificação nº 0039-E. No referido Auto de Infração, o órgão ambiental imputou-nos uma multa no valor de R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais), em razão das seguintes ocorrências: i. Não respeitar as vazões estipuladas para a geração de energia conforme determinam a condicionante de validade da LI; ii. Gerar energia em períodos não permitidos (92 dias a vazão ficou abaixo do mínimo estipulado); iii. Não atender o acordado com relação às infraestruturas relacionadas ao Aeroporto de Aripuanã (cercamento). Em 31 de dezembro de 2019, o saldo atualizado de contingências tributárias é de R\$ 6.224 (R\$ 5.943 em 31 de dezembro de 2018).

## 23 Patrimônio líquido

### 23.1 Capital social

Acionistas	Ações ordinárias	
	Classe única	%
Neoenergia S.A.	134.130.000	51,0
Companhia Energética São Francisco S.A. - Chesf	64.435.000	24,5
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	64.435.000	24,5
	<u>263.000.000</u>	<u>100,0</u>

### 23.2 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

### 23.3 Reserva de incentivos fiscais

Em 30 de abril de 2013, a Companhia obteve Laudo Constitutivo nº 008/2013 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), com anuência da Delegacia da Receita Federal do Brasil - Cuiabá/MT em 23 de outubro de 2013, autorizando a redução de 75% do IRPJ, com base no cálculo do Lucro da Exploração, pelo prazo de dez anos, a partir de 2013. O montante de R\$ 25.536, lançado no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2019, foi destinado à reserva, totalizando um valor acumulado de R\$ 121.857.

### 23.4 Reserva especial de dividendo não distribuído

Após a dedução da reserva legal e reserva de incentivos fiscais, o montante que excede o dividendo mínimo obrigatório é destinado para a reserva especial de dividendo não distribuído, o qual ainda não foi autorizada a distribuição. Em 31 de dezembro de 2019, constituiu-se o excedente do lucro do exercício no valor de R\$ 56.203 a esta reserva, assim como foi autorizada a distribuição de dividendos de exercícios anteriores no valor de R\$ 48.450; totalizando R\$ 56.203 de reserva.

## 24 Receita operacional líquida

### a. Composição

Vendas mercado interno	2019	2018
Terceiros	229.173	232.784
Partes relacionadas - Nota Explicativa nº 12	64.885	62.316
	<u>294.058</u>	<u>295.100</u>
Dedução da receita (a)	<u>(38.179)</u>	<u>(37.721)</u>
	<u>255.879</u>	<u>257.379</u>

(a) O saldo refere-se a:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
(-) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	(22.579)	(22.374)
(-) Programa de Integração Social (PIS)	(4.902)	(4.858)
(-) Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)	(2.559)	(2.574)
(-) Taxa de fiscalização - ANEEL	(791)	(668)
(-) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	(7.348)	(7.247)
	<b>(38.179)</b>	<b>(37.721)</b>

**b. Desagregação da receita de contrato com cliente**

	<b>2019</b>		<b>2018</b>	
	<b>Receita no CCEAR (a)</b>	<b>Receita no CCEE (b)</b>	<b>Receita no CCEAR (a)</b>	<b>Receita no CCEE (b)</b>
Mercado interno	286.313	7.745	274.948	20.152
	<b>286.313</b>	<b>7.745</b>	<b>274.948</b>	<b>20.152</b>

(a) Refere-se à receita de vendas firmadas em Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) com as distribuidoras de energia (24 contratos).

(b) Refere-se à receita de vendas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

## 25 Custos dos serviços prestados

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(32.605)	(47.366)
EUST - Encargos de transmissão	(30.733)	(29.237)
Depreciação e amortização	(29.347)	(28.542)
Contrato O&M	(8.121)	(7.828)
Outros	(6.259)	(6.066)
Prêmio de seguro	(1.229)	(1.122)
Taxa CCEE	(116)	(109)
Taxa ONS	(46)	(27)
Meio Ambiente/PBA	-	(17)
Créditos de tributos recuperáveis	(9.635)	8.037
	<b>(98.821)</b>	<b>(112.277)</b>

## 26 Resultado financeiro, líquido

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Receitas:</b>		
Rendimentos sobre aplicação	4.297	4.765
Outras receitas financeiras	51	214
	<b>4.348</b>	<b>4.979</b>

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Despesas:</b>		
Encargos sobre empréstimos	(20.675)	(24.666)
Atualização monetária	(2.163)	(3.160)
Outras	(314)	(141)
	<u>(23.152)</u>	<u>(27.967)</u>
	<u><b>(18.804)</b></u>	<u><b>(22.988)</b></u>

## **27 Impostos e contribuições**

### **27.1 Impostos e contribuições a recolher**

A composição do saldo é demonstrada a seguir:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Impostos de Renda (IR)	12	20
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	6.677	7.288
	<u><b>6.689</b></u>	<u><b>7.308</b></u>
Programa de Integração Social (PIS)	272	291
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	1.260	1.347
Outros	227	200
	<u><b>1.759</b></u>	<u><b>1.838</b></u>
	<u><b>8.448</b></u>	<u><b>9.146</b></u>

### **27.2 Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados com base no lucro real às alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% da contribuição social sobre o resultado do período, conforme demonstrado abaixo:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>136.287</u>	<u>118.054</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(46.338)	(40.138)
Exclusão - Incentivo Sudam (i)	25.536	22.117
Outras adições/exclusões	(764)	(993)
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<u><b>(21.566)</b></u>	<u><b>(19.014)</b></u>
<b>Alíquota efetiva</b>	<u><b>16%</b></u>	<u><b>16%</b></u>

(i) Vide Nota Explicativa nº 23.3.

## 28 Seguros

Riscos	Válido até	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade civil geral - Operações	31/05/2020	100.000	35
Riscos nomeados e operacionais	31/05/2020	<u>1.667.540</u>	<u>1.309</u>
		<u>1.767.540</u>	<u>1.344</u>

A Administração adota a política de contratar seguros para cobertura de riscos operacionais e responsabilidade civil geral.

A política de seguros "All Risks" oferece proteção para todos os ativos significativos, ou para os ativos de responsabilidade da Companhia ou propriedade de terceiros, bem como possíveis paralisações ou diminuição das atividades por ocorrência de sinistro. A Companhia também possui seguro para terceiros, no caso de sinistro ocorrido no curso de suas atividades e cobertura de transporte nacional e internacional.

## 29 Instrumentos financeiros

### a. Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos, incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos do grupo.
- **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo.
- **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível, a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O quadro a seguir apresenta o valor contábil dos ativos e passivos financeiros, e não inclui informações sobre o valor justo, pois o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

<b>Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>	<b>Classificação</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa e depósitos bancários à vista	Custo amortizado	64.007	26.547
Fundos de investimento	Custo amortizado	17.053	17.053
Contas a receber de clientes e outros	Custo amortizado	36.266	36.475
Adiantamentos	Custo amortizado	1.565	687
Despesas antecipadas	Custo amortizado	11.881	12.327
Outros ativos	Custo amortizado	3.706	3.567
<b>Total de ativos financeiros</b>		<b>134.478</b>	<b>96.656</b>
<b>Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>			
Fornecedores	Outros passivos financeiros	3.910	4.488
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	246.518	280.448
Encargos setoriais	Outros passivos financeiros	2.598	2.431
Obrigações sociais e trabalhistas	Outros passivos financeiros	405	356
Imposto de renda e contribuição social correntes	Outros passivos financeiros	6.689	7.308
Impostos e contribuições a recolher	Outros passivos financeiros	1.759	1.838
Dividendos propostos	Outros passivos financeiros	27.246	23.522
Taxas regulamentares	Outros passivos financeiros	9.704	9.177
Outros passivos	Outros passivos financeiros	120	120
<b>Total de passivos financeiros</b>		<b>298.949</b>	<b>329.688</b>

**b. Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de taxa de juros.

***Risco de crédito***

Os instrumentos financeiros que sujeitam à Companhia a riscos de crédito se referem às disponibilidades e às contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

As contas a receber são formadas por 24 clientes via contratos — CCEAR — com prazo de validade até o final da concessão. Esse contexto reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência, uma vez que a liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes para garantir retorno de capital compatível ao risco, sem concentrar sua exposição a um ente específico.

### ***Risco de taxa de juros***

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívidas, que aumentam despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuem a receita financeira relativa às aplicações da Companhia.

A Companhia possui parte substancial de suas disponibilidades e do seu endividamento indexado, respectivamente, à variação do CDI e TJLP. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía nenhuma operação de instrumento financeiro derivativo envolvendo ativo ou passivo. A exposição desses ativos e passivos à variação das taxas de juros variável é monitorada ativamente pela Administração da Companhia. Abaixo, estão demonstrados a análise de sensibilidade e os diversos cenários que podem impactar os juros anuais sobre os saldos derivados das aplicações financeiras e dos empréstimos.

<b>Cenários projetados - Dez.2020</b>				
<b>Aplicação financeira</b>	<b>Saldo contábil em 31/12/2019</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Redução de 25%</b>	<b>Redução de 50%</b>
Valor do principal	81.053	81.053	81.053	81.053
Taxa: 100% do CDI	4,75%	4,50%	3,37%	2,25%
Valor de aplicação indexada	<u>3.850</u>	<u>3.647</u>	<u>2.731</u>	<u>1.824</u>
<b>Impacto de aplicações financeiras</b>	<b><u>3.850</u></b>	<b><u>3.647</u></b>	<b><u>2.731</u></b>	<b><u>1.824</u></b>
<b>Cenários projetados - Dez.2020</b>				
<b>Empréstimos</b>	<b>Saldo contábil em 30/09/2019</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Aumento de 25%</b>	<b>Aumento de 50%</b>
Valor do principal	246.518	246.518	246.518	246.518
TJLP + 1,81% a.a.	7,50%	6,90%	8,62%	10,35%
Juros	<u>18.489</u>	<u>17.010</u>	<u>21.250</u>	<u>25.494</u>
<b>Impacto de empréstimos</b>	<b><u>18.489</u></b>	<b><u>17.010</u></b>	<b><u>21.250</u></b>	<b><u>25.494</u></b>

### ***Cronograma de amortização da dívida***

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados:

	<b>Contábil</b>	<b>Fluxo contratual</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Acima de 2021</b>
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos	<u>246.518</u>	<u>305.623</u>	<u>50.345</u>	<u>47.943</u>	<u>207.335</u>
	<b><u>246.518</u></b>	<b><u>305.623</u></b>	<b><u>50.345</u></b>	<b><u>47.943</u></b>	<b><u>207.335</u></b>



## **30 Compromissos**

### **30.1 Venda de energia**

O compromisso futuro de venda de energia elétrica contratada está composto da seguinte forma:

<b>Ano</b>	<b>Volume MWH</b>	<b>Valor nominal</b>
2020	1.291	206.054
2021	1.288	205.491
2022 em diante	24.484	3.907.149
	<u><b>27.063</b></u>	<u><b>4.318.694</b></u>

### **30.2 Fianças bancárias**

A Companhia possui contrato de fiança bancária com a instituição financeira Banco Safra S.A., com a finalidade de garantir o fiel cumprimento das obrigações do contrato de uso do Sistema de Transmissão nº 036/2010 celebrado entre a Energética Águas da Pedra S.A. e o Operador Nacional do Sistema Elétrico.

\* \* \*

## **Diretoria**

Felipe dos Santos Moreira  
Diretor-presidente-administrativo-financeiro

Enio Ferreira Bocorny  
Diretor técnico

## **Conselho da Administração**

Marcelo José Cavalcanti Lopes  
Alejandro Ramon Arroyo  
Antonio Maria Amorim Barra  
João Henrique de Araújo Franklin Neto

## **Conselho Fiscal**

Luciana Maximino Maia  
Washington Martins da Silva  
Antonio Carlos Reis de Souza

## **Contador**

Alisson de Castro Barboza  
Contador - CRC/DF nº 021017/O-9